



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

MANHÃ

CADERNO DE PROVA
PARTE II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 6:
Auditor

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de prova.

- 1 Nesta Parte II do seu caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e se os dados identificadores do seu cargo transcritos acima coincidem com o que está registrado em sua **folha de respostas** e em cada página numerada desta Parte II do seu caderno. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Aquele que quer aprender a ser chefe tem primeiro de aprender a servir.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito das normas brasileiras de contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 51** Considere que determinada entidade, que passava por uma auditoria independente, tenha contratado um perito, sem vínculo empregatício, para realizar várias perícias em suas instalações, sendo o resultado desse trabalho relevante para as demonstrações contábeis. Nessa situação, a responsabilidade do auditor não envolve o trabalho realizado pelo perito.
- 52** Todas as entidades de auditoria independente, regularmente registradas, são obrigadas a divulgar, em organismos de imprensa escrita ou em meios eletrônicos de acesso público, a relação de seus clientes cujos honorários representem mais de 10% do seu faturamento anual.
- 53** O auditor interno deve preservar sua completa autonomia profissional e funcional, sem as quais seu trabalho não pode ser realizado.
- 54** Ainda que um auditor interno seja demitido por justa causa, sem o pagamento dos encargos trabalhistas, seu dever de sigilo em relação às informações obtidas durante o seu trabalho continua em vigor.
- 55** Atividades de educação profissional continuada podem ser realizadas no exterior, mas somente terão validade, para efeito do enquadramento na tabela de eventos e horas, quando comprovadas pelo respectivo Conselho Regional de Contabilidade.
- 56** O auditor não pode ser responsabilizado por eventos ocorridos após o encerramento das demonstrações financeiras correspondentes ao período auditado, ainda que ocorram antes da divulgação do parecer de auditoria.
- 57** Se a entidade auditada for parte em um processo judicial de qualquer espécie, o auditor deve discutir com os advogados da entidade a respeito das perspectivas de desfecho do litígio e verificar se as perdas contingentes foram provisionadas.
- 58** Uma informação só deve ser considerada adequada quando for confiável e puder ser utilizada pelas técnicas de auditoria, a fim de proporcionar a melhor evidência alcançável.
- 59** No âmbito do Programa de Revisão Externa de Qualidade (PREQ), o relatório do auditor revisor deve ser submetido à aprovação do comitê administrador do programa, antes de ser encaminhado ao auditor revisado.
- 60** As informações obtidas dos auditores revisados pelo PREQ devem ser de domínio público.

Acerca das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os itens seguintes.

- 61** As transações que envolvem valores em que a entidade governamental responda como fiel depositária e que, pelas suas características, não afetam qualitativamente nem quantitativamente o seu patrimônio são registradas no ativo e no passivo da respectiva entidade, conforme o caso.
- 62** Se um bem intangível for doado à administração pública sem a especificação do seu valor monetário no ato de doação, não é possível sua inclusão na contabilidade da entidade pública.
- 63** A transação de natureza administrativa é conceituada como aquela que não provoca alterações qualitativas ou quantitativas, efetiva ou potencial, no patrimônio da entidade governamental.
- 64** O controle interno é classificado como operacional quando está relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade governamental.

As técnicas de auditoria constituem o núcleo do trabalho do auditor, sem as quais não seria possível formar uma opinião a respeito das demonstrações financeiras. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 65** As informações obtidas de pessoas, integrantes ou não da organização auditada, embora possam ser importantes para a identificação de fraudes e erros, não podem ser consideradas evidências de auditoria.
- 66** Os testes de observância dividem-se em testes de transações ou saldos e procedimentos de revisão analítica.
- 67** A fim de se obter razoável segurança da veracidade das informações fornecidas, os testes de superavaliação devem ser dirigidos, em igual quantidade, para as contas devedoras e credoras.
- 68** Para caracterizar uma informação como evidência, não basta que ela seja considerada fidedigna.

Em relação a fraudes e erros que podem ser identificados no processo de auditoria, julgue os próximos itens.

- 69** A omissão de informações relevantes para o entendimento das demonstrações financeiras pode ser caracterizada como fraude ou erro.
- 70** A identificação de erros e fraudes é responsabilidade exclusiva da entidade de auditoria.
- 71** O auditor pode retirar-se do trabalho quando a entidade não tomar as medidas corretivas que ele considera necessárias às circunstâncias relacionadas com fraude já identificada.

Em vez de examinar todos os itens contábeis que levam à elaboração das demonstrações financeiras, é lícito ao auditor fazer exames parciais, desde que criteriosos, também chamados de amostragem. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 72 Um dos parâmetros essenciais para a seleção da amostra é a materialidade dos controles contábeis examinados, cuja definição pode depender do usuário das demonstrações contábeis.
- 73 Na amostragem probabilística, a amostra deve ser selecionada por critérios decorrentes da experiência profissional do auditor, que deve levar em conta o conhecimento do setor em exame.
- 74 A seleção de números sistemáticos ocorre quando são selecionados itens de tal forma que permaneça entre eles um intervalo uniforme na população total ou na estratificação.

Com relação aos relatórios de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 75 Nos relatórios relativos à revisão limitada, o auditor não expressa opinião acerca das demonstrações financeiras.
- 76 O relatório dos ciclos operacionais deve apontar as deficiências encontradas e pode incluir os sistemas informatizados e os sistemas de controles gerenciais da entidade auditada.
- 77 Um relatório de auditoria deve ser apresentado obrigatoriamente na forma escrita, ainda que só exista em meios eletrônicos.

A auditoria deve envolver exames específicos de cada um dos grupos de contas das demonstrações financeiras. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 78 A auditoria das disponibilidades tem por objetivo determinar se os títulos de propriedade do capital social foram adequadamente autorizados e emitidos.
- 79 No caso das despesas com seguros, o auditor deve examinar a correta contabilização dos dispêndios nos grupos de realizável a curto e longo prazos.
- 80 Se houver uma inadequação relevante em relação a passivos não registrados ou outras contingências, é obrigatória a emissão de parecer com ressalvas.
- 81 Uma das formas de o auditor obter confirmação independente, em relação às provisões registradas, é a circularização dos consultores jurídicos.
- 82 O auditor deve verificar se as receitas operacionais envolvem apenas os eventos relacionados com a atividade da empresa, independentemente da sua frequência.
- 83 Na auditoria das receitas, deve ser incluída a confirmação de que as mercadorias vendidas em troca de outras mercadorias da mesma natureza ou valor foram contabilizadas como receitas.
- 84 O auditor deve garantir que as contas de resultado sejam compreendidas de forma isolada das contas de patrimônio.
- 85 Para a verificação da confiabilidade das despesas com as vendas, é suficiente examinar as fichas do livro razão de cada conta, na íntegra.

Com relação aos conceitos gerais de auditoria, julgue os próximos itens.

- 86 A verificação realizada no âmbito de entidade estatal financiada por instituições internacionais, com vistas ao cumprimento das exigências contratuais, constitui o que se costuma denominar auditoria de *compliance*.
- 87 Uma das condições para justificar os serviços de uma auditoria independente decorre da existência de múltiplas fontes de informação acerca de uma entidade, tornando disponível considerável diversidade de dados, todos igualmente relevantes e confiáveis para a tomada de decisões sobre investimentos, empréstimos e outras aplicações na entidade.
- 88 Elevados custos com a existência da auditoria devem estar associados aos benefícios econômicos que se espera obter. Nesse sentido, a auditoria deve, por um lado, facilitar a obtenção de recursos para uma entidade e, de outro, a captação desses recursos a custos e condições mais favoráveis.
- 89 A auditoria pode ter por objeto fatos não documentados, mas informados com confiabilidade, mesmo que de fontes externas à empresa auditada.
- 90 Na fase de contratação de novos serviços de auditoria independente, não é relevante, para o novo contratado, a ocorrência de serviços prestados pelos auditores substituídos nem o conhecimento das razões da substituição, pois se trata de relações de confiança e de natureza reservada.

Com base nos conceitos aplicáveis à auditoria integral, julgue os itens subsequentes.

- 91 A auditoria integral tem como âmbito natural de atuação o setor público. As auditorias integrais envolvem os conceitos de economia, eficiência, e eficácia e, assim, tendem a promover a melhoria das práticas de gestão.
- 92 Dos diferentes tipos de exames realizados pela auditoria integral, com vistas ao cumprimento de seus objetivos, aquele que trata de avaliar, entre outros pontos, a capacidade de um ente de reduzir e utilizar melhor os recursos disponíveis na consecução de seus objetivos e metas é o exame de caráter financeiro.
- 93 A auditoria integral compreende o exame de todos os registros e documentos contábeis, a exemplo de uma perícia, com o máximo de extensão nos exames, coerentemente com a função do auditor externo.

Com base nas normas e nos procedimentos atinentes ao controle interno, julgue os itens a seguir.

- 94** Para o exame apropriado das delegações de competências e atribuições de responsabilidades em uma entidade, o auditor deverá consultar seu organograma, estatuto ou contrato social, regimento interno e manuais de rotinas e procedimentos.
- 95** Um dos instrumentos utilizados pela auditoria independente para o levantamento das informações referentes ao sistema de controle interno de uma organização é o questionário padronizado, que assegura a avaliação integral das operações e deve ser preenchido pelo auditado e entregue antes da realização dos trabalhos.
- 96** Considerando que uma empresa adote como critério para as contratações de serviços de que necessita uma escala de valores, de tal modo que, quanto maior for o valor do contrato, maior será o número de propostas exigido e mais elevado o escalão definido para a sua aprovação, é correto afirmar que tais procedimentos estão em consonância com o princípio do custo *versus* benefício do controle.
- 97** Os testes substantivos visam à obtenção de plena segurança sobre o efetivo funcionamento dos controles internos, mesmo quando não existem regras formais que vinculem os administradores e os empregados da entidade.
- 98** O ambiente de controle, cuja avaliação é necessária para determinar o risco da auditoria, compreende, entre outros aspectos, os critérios para a escolha dos responsáveis pelos setores que preparam as informações contábeis e suas relações com a auditoria interna.
- 99** Para alcançar os objetivos do controle interno de uma organização, os exemplos de controles contábeis que podem ser adotados incluem a análise das variações entre os valores orçados e os efetivamente realizados ou incorridos.
- 100** Erros repetitivos não requerem o aprofundamento dos exames do auditor, salvo se forem individualmente relevantes, quando, então, sim, indicarão deficiência nos controles internos.
- 101** O planejamento da auditoria requer o conhecimento adequado dos controles internos, mas o detalhamento dos procedimentos aplicáveis independe das características dos sistemas contábil e de controles internos da entidade auditada.

Com relação ao controle na administração pública, julgue os próximos itens.

- 102** Uma das formas como se manifesta a vinculação entre os controles interno e externo na administração federal consiste nas soluções de consultas formuladas pela Controladoria Geral da União (CGU) ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- 103** Considere que o órgão de controle interno de instituição de ensino superior fundacional da União tenha constatado que o dirigente de uma unidade da instituição mantém os recursos de um convênio com o MEC em aplicação financeira para prevenir atrasos ou insuficiência em outras transferências. Nesse caso, o órgão de controle deve solicitar diretamente ao TCU a instauração de tomada de contas especial, fato que será, então, comunicado à autoridade responsável.
- 104** A recomendação de rotatividade de funções não exclui a obrigatoriedade de os funcionários gozarem férias regularmente. Ambas as providências reduzem as possibilidades de irregularidades, facilitam o processo de renovação e diluem a concentração de poderes individuais.
- 105** As instituições de ensino superior integrantes da administração pública federal indireta deverão dispor de uma unidade de auditoria interna ou, pelo menos, de um auditor interno. Essa unidade ou esse servidor terá de se vincular ao conselho de administração, órgão de atribuições equivalentes ou ao dirigente máximo da entidade.
- 106** As fundações públicas poderão contratar empresas privadas de auditoria, mediante autorização de seus conselhos diretores, se for demonstrado que se trata de alternativa menos onerosa. Nessa situação, é vedado à instituição manter unidade de auditoria interna.
- 107** As fundações governamentais, de direito público ou privado, estão sujeitas aos controles interno e externo; as de direito público não se submetem à fiscalização do Ministério Público.
- 108** O controle exercido sobre as entidades da administração indireta não pode comprometer a autonomia que as respectivas leis instituidoras lhes conferiram. Esses limites dizem respeito aos órgãos encarregados do controle, mas não aos atos de controle possíveis nem aos aspectos sujeitos ao controle.

Com base nos conceitos e nas normas aplicáveis aos papéis de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 109** Para definir a extensão dos papéis de trabalho, recomenda-se que o auditor leve em conta o que seria necessário para proporcionar a outro auditor que fosse efetuar pela primeira vez aquela auditoria específica a compreensão do trabalho realizado e as referências para as conclusões adotadas, mesmo sem conhecer os detalhes da auditoria executada.
- 110** O auditor não deve utilizar os papéis de trabalho elaborados por empresa concorrente, que lhe tenha antecedido, não só para manter a independência, como também para não colocar em risco a confiabilidade no serviço realizado.
- 111** Os papéis de trabalho podem ser utilizados para aferição do desempenho dos auditores, confrontando as ações realizadas com as definições prévias dos superiores.
- 112** Os exames efetuados pelo auditor devem ser indicados nos papéis de trabalho. Notas explicativas, por exemplo, servem para especificar itens de estoque identificados para a contagem física ou relacionar critérios adotados na seleção de valores para testes.
- 113** O levantamento do sistema de controle interno da entidade auditada compõe a pasta de papéis em curso, porque constitui a evidência obtida em determinado momento e requer acompanhamento e atualização permanentes.
- 114** No preenchimento dos papéis de trabalho, deve-se atentar para o fato de que os comentários sobre as ocorrências do exercício anterior são mais importantes que as recomendações para a próxima auditoria.

A respeito do planejamento da auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 115** O programa de auditoria deve ser estruturado de forma que possa ser específico ou padronizado. O programa específico é mais apropriado para atividades que não se alterem ao longo do tempo ou para situações que contenham dados e informações similares.
- 116** O planejamento da auditoria deve estar completado antes do início dos trabalhos. Entre os aspectos a serem previamente definidos, salientam-se o momento e o período de execução de cada atividade, os locais de sua realização e os profissionais e auxiliares necessários à consecução das tarefas selecionadas.
- 117** Entre os objetivos principais do planejamento da auditoria ressalta-se o de assegurar que todas as áreas da entidade auditada, independentemente de sua importância, recebam a mesma atenção.
- 118** Um dos fatores a serem contemplados no planejamento da auditoria é a avaliação da política tributária adotada para o respectivo ramo de atividade, tanto no plano doméstico quanto no externo.
- 119** Em seu trabalho de revisão analítica, o auditor deve estabelecer o inter-relacionamento entre algumas contas e transações, como as de vendas e estoques, e as de compras e conta corrente do ICMS.
- 120** Para contornar as dificuldades decorrentes do acúmulo de serviços no início de cada ano, os auditores externos costumam programar maior número de horas nas visitas preliminares. O auditor externo pode efetuar, já na visita preliminar, testes das receitas e das despesas acumuladas, bem como sobre os saldos das contas patrimoniais.

